

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS Nº02/2022 FCN

Aos 30 dias de maio de 2022, às 16h, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 739 de 12 de fevereiro de 2021, com intuito de analisar e julgar o recurso administrativo da TOMADA DE PREÇOS nº 02/2022, cujo **OBJETO: TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA) PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA/AMPLIAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA PREFEITO MANOEL EVALDO MULLER, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES/SC**, protocolado pela empresa CONSTRUTORA COSTA ALLAN, CNPJ: 03.415.257/0001-00.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado **NÃO** merece provimento, pois a Licitante não atendeu as exigências do edital.

Ao participar do processo licitatório, sem ter feito anterior impugnação para alterar cláusula que supostamente o prejudicaria ou no seu entendimento estivesse irregular, o licitante concorda com seus termos devendo por sua vez apresentar os documentos conforme solicitado no edital.

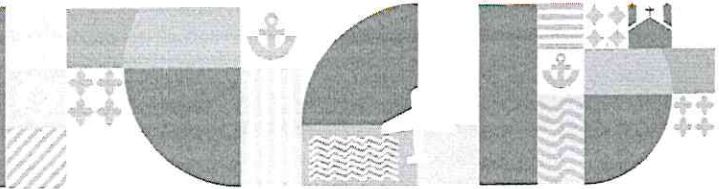
É um dos princípios básicos da licitação, a vinculação ao instrumento convocatório, art 3º da lei 8666/93, o que não foi respeitado pelo licitante, conforme segue:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Importante citar que este é um dos princípios que norteiam o processo licitatório, do qual, todos estão estritamente vinculados às exigências do edital, devendo ser cumpridos todos os seus itens.



DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
RUA JOÃO EMÍLIO Nº 100 – CENTRO
NAVEGANTES/SC
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concementes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Conforme se pode observar, ao descumprir as exigências editalícias, o licitante deverá ser inabilitado/desclassificado, pois desrespeitou o instrumento convocatório, que é aquele que rege todo o processo licitatório.

Diante disto, a empresa foi de encontro as exigências previstas no edital, conforme previsto nos itens 5.6.2, 5.2.2 e 5.4.3. O primeiro item menciona:

5.6.2 Apresentar Declaração que após o recebimento definitivo do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 05 (cinco) anos, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos serviços prestados quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do objeto contratado

A empresa argumenta que o documento está anexo nos documentos de habilitação. Porém, este documento não está entre os documentos. Importante frisar que os documentos encontravam-se lacrados e foram abertos no momento da sessão, tendo sido dada a oportunidade para que as empresas rubricassem os invólucros, confirmando que os mesmos estavam fechados.

No segundo item diz:

5.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. (Ex: www.sintegra.gov.br). (grifo nosso)

No documento protocolado não apresenta a atividade compatível com o objeto contratual, ou seja, ao apresentar a documentação relativo ao cadastro municipal o licitante deveria comprovar que a inscrição está de acordo com o objeto licitado, o que não é possível verificar na Certidão



DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
RUA JOÃO EMÍLIO Nº 100 – CENTRO
NAVEGANTES/SC
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

9

4



apresentada. O documento poderia ser apresentada como forma de comprovação de cadastro municipal, desde que cumprido todos os requisitos do item do edital supramencionada, que são: domicílio ou sede da licitante, SEU RAMO DE ATIVIDADE e COMPATÍVEL COM O OBJETO CONTRATUAL, requisitos estes destacados, não obedecidos pelo licitante.

O item 5.4.3 menciona:

5.4.3 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente (da empresa licitante), com a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa de direito público ou privado compatível com o objeto licitado. Obs.: Não será considerado/aceito Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria empresa participante do certame.

Para melhor aclarar a questão sobre a capacidade técnica dos Licitantes, e demonstrar a legalidade dos termos que levaram a inabilitação, é necessário distinguir a capacidade técnico-operacional da capacidade técnico profissional, sobretudo no tocante a obras e serviços de engenharia. Didaticamente, pode-se dizer que qualificação técnica é um gênero, que abarca duas espécies: capacidade técnico-operacional e capacidade técnico profissional.

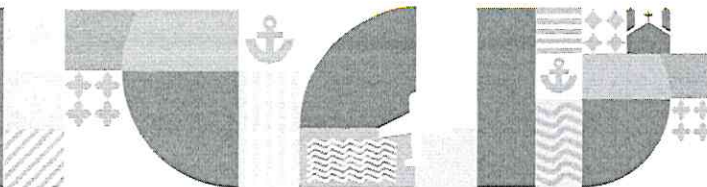
A capacidade técnico-operacional consiste na capacidade de organização empresarial da pessoa jurídica apta a gerir um empreendimento, sobretudo na experiência em gerir a mão-de-obra necessária aos serviços executados. Já a capacidade técnico-profissional traduz a existência nos quadros da empresa de profissionais em cujo acervo técnico conste a experiência na execução de obras ou serviços de engenharia compatíveis com o que pretende a Administração Pública contratar.

Confirmando o entendimento acima sobre a capacidade técnica, MARÇAL JUSTEN FILHO, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", é enfático na diferenciação entre ambos os aspectos da capacidade técnica dos Licitantes, nos seguintes termos:

A qualificação técnico-operacional consiste em qualidade pertinente às empresas que participam da licitação. Envolve a comprovação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participara anteriormente de contrato cujo objeto era similar ou previsto para a contratação almejada pela Administração Pública. Por outro lado, utiliza-se a expressão "qualificação técnico-profissional" para indicar a existência, nos quadros (permanentes) de uma empresa, de profissionais em cujo acervo técnico constasse a responsabilidade pela execução de obra similar àquela pretendida pela Administração.



DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
RUA JOÃO EMÍLIO Nº 100 – CENTRO
NAVEGANTES/SC
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Comprovando a afirmativa acima, em decisões mais recentes, e baseando-se na Resolução nº 1.025/09 do CONFEA (que atualmente está em vigor), o Tribunal Regional Federal da 2ª Região julgou correta a eliminação da empresa Licitante que não apresentou atestado de capacidade técnica em seu nome, conforme exigido no instrumento convocatório, como pode ser observado no Acórdão da Apelação e Reexame Necessário nº 2006.51.01.490139-0, julgado em 18/03/2014, cujas partes abaixo são de transcrição obrigatória:

Compulsando os autos, não vislumbro ilegalidade na decisão de inabilitação da apelada. (...). O edital (fls.28/42), a que a apelada se submeteu ao participar da licitação em comento, em seu item 7.2, prevê, expressamente, a necessidade de Atestado de Capacidade Técnica, em nome da licitante, devidamente registrado no CREA, estando em consonância com o art.30, da Lei nº 8.666/93

(...)

Não há que se falar em rigorismo exacerbado, pois os documentos apresentados pela apelada (fls.44/107 e 112), não suprem a ausência do Atestado de Capacidade Técnica em seu nome, já que emitidos em nome de outra empresa, SERGEN SERVIÇOS GERAIS DE ENGENHARIA S.A. Nesse ponto, importante destacar que o Edital exigia não apenas a qualificação técnico-profissional da empresa apelada - prevista no item 7.3 do referido edital -, mas também, como visto, a qualificação técnico-operacional da própria pessoa jurídica, a qual não foi atendida.

(...)

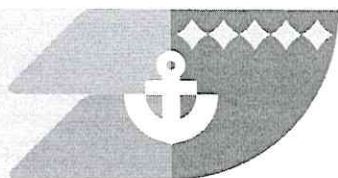
Desta forma, a apresentação de Certidão de Acervo Técnico, emitida pelo CREA/RJ, somente em nome do profissional indicado pela licitante não é suficiente a comprovar a sua capacitação técnica operacional, sendo certo que, conforme bem pontuado pelo Ministério Público Federal, "as exigências de capacitação técnica operacional são indispensáveis para salvaguardar os interesses colocados sob tutela do Estado" (fl.291), mormente no presente caso, em que o objeto licitado é uma obra de grande porte.

Importante citar também o entendimento do TJ-PI

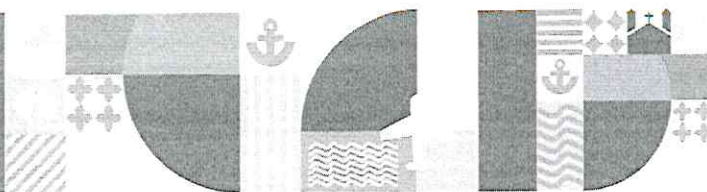
TJ-PI - Apelação Cível AC 40022030 PI (TJ-PI)

Data de publicação: 20/10/2010

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. SEGURANÇA NAO CONCEDIDA. ALEGATIVA DO APELANTE DA EXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE NO EDITAL Nº 007/02, AO EXIGIR OS REQUISITOS DE i) EMPRESA DE ENGENHARIA; ii) ELEVADOS ÍNDICES DE COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA; E iii) ATESTADOS EM NOME DA PESSOA JURÍDICA. NAO ACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS OU DEFEITOS QUE MACULEM DE ILEGALIDADE O ALUDIDO EDITAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. MANUTENÇÃO, IN TOTUM, DA SENTENÇA DE 1º GRAU. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. I – Apreende-se, in casu, que não é necessário ser “empresa de engenharia” para participar do aludido certame, mas, em verdade, deve o contrato social do licitante ser compatível com o objeto a ser licitado, e que o mesmo possua em seus quadros engenheiros sanitarista, civil e agrônomo, que estejam aptos a responder pela prestação dos serviços. Com isto, evidencia-se que os serviços licitados não se delimitam meramente na limpeza e conservação pública, mas reivindicam grande fasto de veículos, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra e profissionais qualificados que respondam tecnicamente pela higidez civil, sanitária, agrônoma e ambiental do Município de Teresina (PI), evidenciando a legitimidade dos requisitos de capacidade técnica exigidos. II – E a exigência de atestado de capacidade técnica em nome do licitante, consignado no item 7.4.3. do Edital é



DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
RUA JOÃO EMÍLIO Nº 100 – CENTRO
NAVEGANTES/SC
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



admitido pelo Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 30, II, da lei nº 8.666/93, razão pela qual não se comete violação ao aludido artigo, quando, em procedimento licitatório, exige-se comprovação, em nome da empresa candidata, de atestados técnicos comprobatórios da execução de obras e serviços com características semelhantes às do objeto do certame. III – Quanto ao requisito de elevados índices de comprovação da situação financeira, é permitido que, nas licitações para a execução de serviços, a Administração Pública estabeleça no instrumento de convocação, a exigência de patrimônio líquido mínimo, desde que não...

Como observado, fica demonstrado a legalidade do item 5.4.3 do edital, que exige atestado de capacidade técnica da empresa licitante, que tem como objetivo a comprovação de que a empresa é tecnicamente apta para prestar o serviço que está sendo contrato.

Importante mencionar que o item 5.4.4 prevê a necessidade de apresentação de Acervo Técnico em nome do profissional responsável pelos serviços, este sim, não há necessidade de ser emitido em nome da empresa, pois, conforme mencionado, se trata da capacidade do profissional responsável.

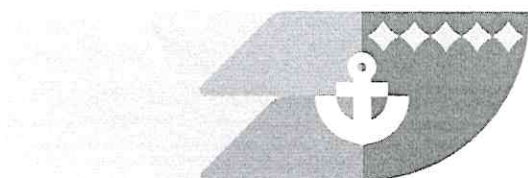
Portanto, as exigências dos subitens 5.4.3 e 5.4.4 do EDITAL estão de acordo com a Lei n.º 8.666/93 e a jurisprudência, sendo indene de qualquer vício de legalidade, razão pela qual a decisão de inabilitação não merece ser alterada.

Vale mencionar que, ao participar da licitação, sem anterior impugnação, a empresa concordou com as exigências devendo apresentar os documentos de acordo com o edital.

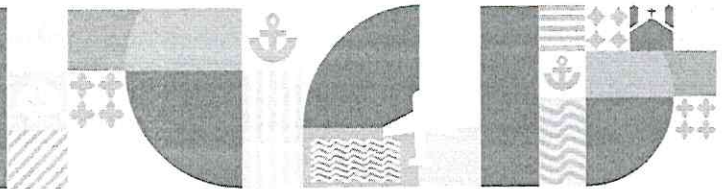
Se verificado pelo licitante e entendido como ilegais ou desnecessárias tais exigências, é possibilitado tempo hábil para impugnação ao edital, conforme previsto no item: 8.1 e 8.1.1:

Cita-se também, que foram respeitados todos os princípios basilares dos processos licitatórios, dentre eles, neste caso, destacam-se o Princípio da Publicidade e o Princípio da Isonomia, o primeiro garantiu ao licitante o direito de impugnação supracitado, e no segundo, que significa dar tratamento igual a todos os interessados na licitação.

Portanto, o recurso apresentado não merece provimento, sendo esta decisão indene de qualquer vício de legalidade, razão pela qual a decisão de desclassificação não merece ser alterada.



DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
RUA JOÃO EMÍLIO Nº 100 – CENTRO
NAVEGANTES/SC
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Diante do que foi exposto, mantem-se a inabilitação da licitante. Encaminha-se o presente para a autoridade superior competente que ratifica a decisão.

Publique-se;

É a decisão.

Navegantes, 30 de maio de 2022.

Presidente: Ellinton Pedro de Souza

Membros: Leila Mengarda

Tatiana de Alencar Carlini

Fernanda Hassmann Constâncio

Ratificando:

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
RUA JOÃO EMÍLIO Nº 100 – CENTRO
NAVEGANTES/SC
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50